



AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Joelma de Jesus Mendes
Unimontes/MG

joelmamendes116@gmail.com

Ester Miriã Gomes da Costa

Unimontes/MG

estermiria123456@gmail.com

Juliane Leite Ferreira e Figueiredo

Unimontes/MG

Juliane.ferreira@unimontes.br

Eixo: Políticas Públicas e Gestão da Educação

O presente trabalho realiza uma análise da ação do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) no que concerne à definição e implementação das políticas educacionais em nosso país, buscando compreender as tensões entre o discurso de modernização e a precarização do direito à educação. Para tanto, este estudo objetiva analisar a reconfiguração do papel do Estado na educação básica a partir das reformas estruturais implementadas no período. A relevância da pesquisa justifica-se pela necessidade de desvelar os impactos da lógica neoliberal sobre a escola pública. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, amparada na análise de conteúdo. Os resultados apontam que as reformas consolidaram uma "modernização conservadora", priorizando a eficiência gerencial, a centralização das avaliações em larga escala e a fragmentação do ensino, em detrimento da democratização efetiva.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Educação pública; Governo FHC; Reforma educacional; Modernização Conservadora.

Introdução

Este estudo foi desenvolvido no âmbito da disciplina Políticas Educacionais Brasileiras do curso de Pedagogia da Unimontes (2026). A pesquisa toma como objeto central o artigo de Salomão Mufarrej Hage, que analisa as ações políticas educacionais implementadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), evidenciando as transformações ocorridas na organização da educação brasileira no período. O autor demonstra que a educação passou a ser compreendida como elemento estratégico para o desenvolvimento econômico, sendo orientada por princípios vinculados à modernização do Estado e à lógica de mercado. Nessa perspectiva, o estudo problematiza a redefinição do papel do Estado na garantia do direito à educação pública e discute os impactos dessas reformas sobre a escola pública brasileira. Além da análise bibliográfica, foi utilizado em sala de aula um recurso audiovisual referente à trajetória eleitoral do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a finalidade de ampliar a compreensão do contexto político e histórico abordado no estudo.

Justificativa e problema da pesquisa



A investigação justifica-se pela necessidade de compreender as transformações estruturais na educação brasileira durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, período marcado pela consolidação do modelo neoliberal no país. A pesquisa reside em analisar como o governo federal articulou uma "modernização conservadora", que, sob o discurso de eficiência e universalização, promoveu a subordinação da educação à lógica de mercado e reduziu a participação democrática da sociedade civil na formulação das políticas públicas. Neste sentido, questiona-se: Como a educação foi organizada pelo aparelho estatal no período de 1995 a 2003 e quais foram seus impactos estruturais na configuração da escola pública contemporânea?

Objetivos da pesquisa

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar o processo de reconfiguração do papel do Estado na educação brasileira durante o governo FHC (1995-2003), identificando a subordinação do ensino à lógica de mercado. Como objetivos específicos, propõe-se: Examinar o impacto estrutural de medidas como a reforma da LDB (Lei nº 9.394/96), a criação do FUNDEF e as novas diretrizes para o Ensino Médio; Identificar os mecanismos de centralização política e controle pedagógico expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e nos sistemas de avaliação em larga escala (SAEB e ENEM); Problematicar os conceitos de "mito da supremacia técnica" e "ficção do esgotamento vital" propostos pela crítica de Hage.

Referencial teórico que fundamenta a pesquisa

A fundamentação teórica ancora-se nas teses de Salomão Mufarrej Hage, especialmente em sua análise sobre a "Guerra Cultural pela Escola no Brasil". O autor utiliza conceitos de hegemonia e intelectuais orgânicos para explicar como o governo isolou propostas progressistas (como as do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública) em favor de um projeto alinhado às diretrizes de organismos internacionais, como o Banco Mundial. O referencial crítico destaca a transição da "Ética da Cidadania" para a "Ética do Mercado", onde a educação é reduzida a um insumo econômico para o desenvolvimento do capital.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, baseado em análise documental e bibliográfica. O corpus de análise compreende a legislação educacional do período (Lei nº 9.394/96, Lei nº 9.131/95, Decreto nº 2.208/97), além de artigos científicos e teses que discutem a política macroeconômica e educacional da década de 1990. Para a operacionalização e tratamento dos dados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo. O procedimento analítico organizou-se em três fases: (1) pré-análise, mediante leitura flutuante do texto-base de Hage e do arcabouço legal selecionado; (2) exploração do material, com o isolamento de unidades de significado voltadas às reformas de ensino; e (3) tratamento dos resultados e interpretação. O critério de inclusão dos documentos baseou-se no impacto direto sobre a gestão e estrutura da educação básica. A interpretação dos dados foi realizada sob a ótica da teoria crítica, confrontando os discursos oficiais de descentralização e eficiência com as categorias de hegemonia e exclusão social.

Análise dos dados e resultados finais da pesquisa



A análise dos dados coletados revela que o governo FHC logrou êxito em estabelecer um consenso passivo através de estratégias de marketing e da cooptação de setores empresariais. Os resultados indicam a consolidação de três eixos centrais: **Centralização e Descentralização:** Ocorreu uma centralização das decisões políticas no MEC, enquanto a responsabilidade pela execução e financiamento foi descentralizada para estados e municípios (municipalização). **Dualidade Educacional:** O Decreto 2.208/97 fragmentou o Ensino Médio, separando a formação geral da técnica, o que o autor identifica como uma retomada do ensino dualista que reforça a estratificação social. **Avaliação e Controle:** Implementou-se uma cultura de avaliação externa (como o SAEB) focada em resultados quantitativos, tratando o sistema escolar sob uma ótica gerencialista.

Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED

O estudo insere-se no campo das Políticas Públicas Educacionais, contribuindo para o debate sobre as reformas educacionais implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso e seus impactos na Educação Pública Brasileira. Dialoga com os eixos temáticos do COPED ao problematizar a implementação das políticas educacionais de caráter neoliberal e suas implicações na gestão da educação, na organização do ensino e na garantia do direito à educação pública de qualidade.

Considerações finais

Conclui-se que as políticas educacionais do governo FHC representaram uma “falácia de reforma”, na medida em que a modernização tecnológica e gerencial não se traduziu em democratização efetiva do ensino. Para o autor, o projeto governamental priorizou a formação de capital humano para o mercado em detrimento da formação humana integral. O legado desse período é visto como uma precarização do público em favor da lógica privada, consolidando um modelo de Estado avaliador e regulador que minimiza a educação como direito social subjetivo. Em resumo, o artigo denuncia que as reformas educacionais defendidas não buscam melhorar a educação pública, mas sim fortalecer a lógica do mercado e reduzir o papel do Estado na garantia desse direito social.

Referências

HAGE, Salomão Mufarrej. As políticas educacionais no governo Fernando Henrique Cardoso. Educação em Questão, Natal, v. 10/11, n. 2/1, p. 10-26, jul./dez. 1999/jan./jun. 2000.

CONHECENDO os Presidentes - Ep. 31: Fernando Henrique Cardoso. [Locutor]: Canal Futura. [S. l.], 18 set. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/mIoiLm20P-E>. Acesso em: 23 março 2026.